



**XLVII CONCURSO PARA INGRESSO
À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PROVA DISCURSIVA
GRUPO TEMÁTICO IV
CADERNO DE QUESTÕES

21 DE MAIO DE 2015

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

Instruções:

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura.
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

Questão 1.

Discorra acerca das hipóteses de perda do cargo de Membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O candidato deverá explicitar para tanto quais os procedimentos e instâncias decisórias.

Questão 2.

Pedro dos Santos Pereira, 70 anos, viúvo, reside só, em uma casa de poucos cômodos, em bairro humilde de periferia. Sustenta-se de sua aposentadoria de dois salários mínimos e orgulha-se de ter vida independente. Há alguns dias sofreu um acidente doméstico e ficará com mobilidade reduzida até que se cure da fratura do pé e entorses que lhe resultaram. Sua recuperação pode demandar alguns meses, necessitando ele de cuidados e de auxílio, algumas vezes por semana, durante o dia, para poder tomar medicação, alimentar-se e reorganizar sua vida durante esse período. Pedro tem dois filhos, maiores e capazes, que são trabalhadores de baixa renda e não dispõem de tempo para os cuidados com o pai, nem de dinheiro para pagar uma pessoa para prestar esse auxílio. O município, que dispõe de equipes de saúde da família no bairro e equipamentos de assistência social, sugeriu abrigar Pedro em uma instituição de longa permanência para idosos, o que foi terminantemente rejeitado por ele. Dado o impasse, foi acionada a Promotoria de Justiça com vistas a uma internação compulsória de Pedro. Classifique e analise o fato do ponto de vista dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis e indique que medidas devem ser tomadas.

Questão 3.

A interpretação mais consentânea com o modelo eleito pelo ordenamento jurídico pátrio para proteção do patrimônio cultural é a da repartição das competências pela predominância do interesse, razão pela qual se determinado bem não tem relevância para a cultura nacional, o respectivo ente federativo não tem competência para agir na defesa daquele bem.

Tal assertiva é CORRETA ou INCORRETA? Fundamente sua resposta à luz do(s) diploma(s) e dispositivo(s) pertinente(s), da doutrina especializada e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Questão 4.

O ordenamento jurídico pátrio contempla direito a ser exercido pelo poder público para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação entre particulares. A mesma Lei especifica atos violadores a esse direito. Partindo de tais premissas, responda fundamentadamente aos questionamentos abaixo, indicando o Diploma Legal e os dispositivos pertinentes.

- (a) Que instituto é esse e quais as suas características?
- (b) A quem pode ser atribuído tal direito e de que forma pode ser instituído?
- (c) Quais os atos violadores a esse direito e como a legislação os caracteriza?